



PEQUENAS LOCALIDADES NA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ-PR BATISTA, Marinalva dos Reis¹

RESUMO

Neste artigo discorreremos brevemente sobre a centralidade exercida pela cidade de Maringá, bem como sobre as interações dos municípios com a cidade sede da Região Metropolitana de Maringá e o nível de integração de cada um deles com a sede. Os dados demonstram que muitos dos municípios estão em esvaziamento populacional e muito pouco integrados a dinâmica metropolitana. Essas localidades continuam a apresentar insuficiências de serviços e equipamentos as articulações entre municípios tornando-se inviável para muitos municípios, pois de maneira isolada é mais difícil suprir determinadas necessidades nestes espaços.

Palavras-chave: RMM. Inserções. Pequenas localidades.

SMALL LOCALITIES IN THE METROPOLITAN REGION OF MARINGÁ-PR

ABSTRACT

In this article, we briefly discuss the centrality exercised by the city of Maringá, as well as the interactions of the municipalities with the host city of the Metropolitan Region of Maringá and the level of integration of each of them with the headquarters. The data show that many of the municipalities are experiencing population depletion and are not very integrated into the metropolitan dynamics. These locations continue to present insufficiencies of services and equipment, the articulations between municipalities, making it unfeasible for many citizens, because in an isolated way it is more difficult to meet certain needs in these spaces.

Keywords: RMM. Inserts. Small localities.

1. INTRODUÇÃO

A cidade de Maringá se caracteriza por ser a cidade polo de sua Região Metropolitana e exerce centralidade em diversos setores, entre eles, sediar estabelecimentos de ensino nos diversos níveis, e, seguramente, é para onde se desloca a maioria dos trabalhadores da unidade regional.

O deslocamento diário de pessoas da Região Metropolitana de Maringá é determinado por questões fundamentais, como oferta de emprego, serviços de educação, saúde, lazer e compras. Notadamente, a cidade polo e as regiões metropolitanas se apresentam como “região onde o sistema de

¹ Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Geografia na Universidade Estadual de Maringá – UEM. E-mail: marinalva_mrb@hotmail.com. Registro ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3308-5613>.

objetos e o sistema de ações são mais densos” e, como resultado, torna-se o “centro do poder” (SANTOS, 1988, p.114).

As interações espaciais que se dão na Região Metropolitana de Maringá são intrincadas. Precisa-se de indicadores econômicos e sociais que respaldem essa dinâmica para se compreender a inserção e interação dos municípios e, principalmente, de pequenas localidades nesta Região Metropolitana, o que pode representar a dinâmica das demais regiões metropolitanas. Os dados como, por exemplo, deslocamentos para estudo e trabalho, permitem justamente identificar quais municípios fazem parte desta dinâmica nessa unidade institucionalizada e mostram um pouco da natureza de sua inserção na dinâmica metropolitana.

Sendo assim, neste ponto cabe debater uma das variáveis presente, que é a inserção e interação espacial entre os municípios que fazem parte da Região Metropolitana de Maringá. Os níveis de integração à dinâmica metropolitana são limitados e refletem o perfil desigual da inserção dos municípios na realidade econômica, social e demográfica dessa unidade regional. De acordo com o Iparides (2012, p.6):

Esses diferentes níveis de integração também podem incentivar ações políticas e formas de mobilização distintas, inclusive no que se refere à criação ou fortalecimento de instituições que promovam as condições indispensáveis à ação coordenada dos atores do mercado, da sociedade e do poder público. Portanto, reconhecer tais níveis é imprescindível para que as práticas de governança surtam efeitos positivos em toda a extensão das unidades institucionalizadas.

As interações espaciais, de acordo com Corrêa (2006), se dão em um amplo e complexo conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico. Podem apresentar maior ou menor intensidade, variar segundo a frequência de ocorrência e, conforme a distância e direção, caracterizar-se-á por diversos propósitos e se realizará através de diversos meios e velocidade (CORREA, 2006). No período da globalização, essas se revelam de maneira ainda mais complexa.

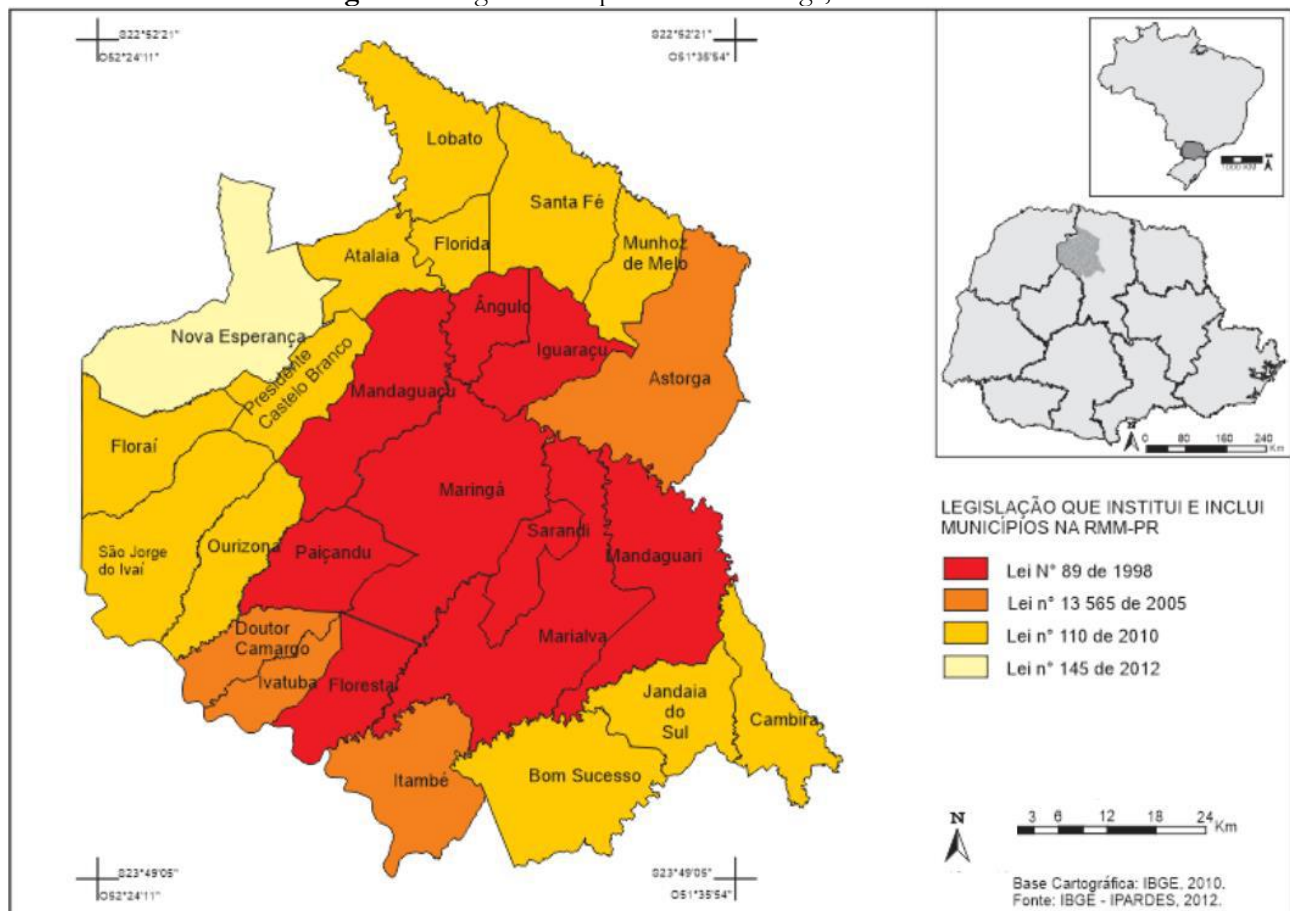
A cidade também se destaca em outros setores, como a indústria têxtil. Maringá e Mandaguari têm expressividade estadual devido a fabricação de fios a partir do algodão e da seda, participando, respectivamente, com 8,26% e 3,05% da produção total dos gêneros (VERCEZI, 2010). Nesse sentido, a região de Maringá tem como segmentos industriais os ramos de confecções, mobiliário, bebidas, alimentos e de química. Esses segmentos geram demanda por mão de obra e, conseqüentemente, um forte atrativo populacional, sendo Maringá o polo centralizador.

2. VÍNCULOS E FLUXOS NA RMM

A Região Metropolitana de Maringá (Figura 01) foi instituída pela Lei Estadual nº 83 de 1998. Neste ano a Região Metropolitana de Maringá era composta pelos municípios: Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paçandu, Ângulo, Iguaraçu e Mandaguacu. Desses municípios, apenas Mandaguari não é contíguo territorialmente a Maringá.

Em 2005, pela Lei 13.565, foram inclusos os municípios de Astorga, Doutor Camargo, Ivatuba e Itambé. Posteriormente, a Lei Complementar Estadual nº 127 de 17 de fevereiro de 2010 alterou o artigo 1º da Lei Estadual nº 83/98, que criou a Região Metropolitana de Maringá. A Figura 1, mostra essa incorporação de novos municípios na RMM.

Figura 1 - Região Metropolitana de Maringá, 1998 – 2012.



Fonte: Organização própria

As interações na Região Metropolitana de Maringá ocorrem por meio da procura por educação e saúde, e Maringá oferece inúmeros postos de serviços, como é possível observar na Tabela 1, que

demonstra a taxa de mobilidade pendular segundo setor de atividades nas regiões metropolitanas do Paraná para o ano de 2010. Apresenta os serviços de apoio à produção com mais de 24%, seguido da indústria da transformação e construção civil, com 22,8% e 22,3%, respectivamente.

Tabela 1 - Paraná, taxa de mobilidade pendular segundo setor de atividades - RMs - 2010.

Setor de atividade	Regiões metropolitanas		
	RM Curitiba	RM Londrina	RM Maringá
Agricultura	6,5	11,8	17,4
Indústria da transformação	22,9	17,2	22,8
Construção civil	26,6	13,3	22,3
Outras atividades industriais	22,8	11,2	20,1
Comércio	17,1	11,6	14,6
Serviços de apoio à produção	22,0	15,3	24,5
Serviços de natureza pública	17,8	10,3	12,9
Outros serviços	18,8	6,6	12,2
Serviços domésticos	27,3	8,8	16,7
Outros	17,9	10,8	19,7

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2010). Organização própria.

De acordo com Vercezi (2001), a Região de Maringá se destaca pela capacidade de processamento de soja e refino de óleo no estado, como a Cooperativa dos Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá Ltda. (Cocamar). Já em 1996, o município de Maringá respondia por 2,18% do valor adicionado da indústria química, basicamente de óleos vegetais. Além de Maringá, o município de Marialva conta com 0,56% neste seguimento.

Nota-se, por meio da Tabela 2, Maringá teve, em 2000, um fluxo total de 69.898. A maior concentração de fluxos no interior da aglomeração se dá naqueles municípios mais próximos à cidade de Maringá no caso, os municípios de Astorga, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva e Sarandi, este último com 15.184 deslocamentos, o maior da Região Metropolitana de Maringá e também um dos que mais recebe população no estado, ficando na segunda colação, com 942 pessoas que chegam, como demonstrado na Tabela 2. Tais deslocamentos rumam, em especial, na direção do Polo.

Tabela 2 - Paraná e RMs, deslocamentos para estudo e trabalho - 2000/201

Unidade	Deslocamentos				Total	Participação do trabalho sobre o total de deslocamentos
	Estudo	Trabalho				
		Outro município	Vários municípios	Total		
2000						
RM de Maringá	8.963			33.605	42.568	78,7
2010						
RM de Maringá	16.997	58.653	11.244	69.898	86.895	74,6

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração do IPARDES (2010).

De acordo com Ipardes (2008), a grande maioria desses municípios encontra-se no entorno dos municípios-Polo das regiões metropolitanas de Curitiba, Londrina e Maringá, possuem funções semelhantes e, em geral, se encaixam na categoria de cidades-dormitórios. Os deslocamentos no Paraná concentram-se nas Regiões Metropolitanas de Curitiba, Londrina e Maringá. Essas RMs somam mais de 60% do total de fluxos do Estado (IBGE, 2010).

Dados do IBGE (2010) mostra que o município onde há mais deslocamentos de envio para outros municípios é Maringá, que envia para 124 municípios, seguido por Sarandi-PR, que envia para 48 municípios do estado. Quanto às pessoas que saem, temos Sarandi com 15.184, Paiçandu com 5.927 e Maringá com 4.944 pessoas se deslocando, depois, Mandaguaçu, com 2.032 deslocamentos, seguido por Marialva, com 1.574, Astorga, com 1.249 e Mandaguari, com 1.200. Esses municípios são os únicos da Região metropolitana de Maringá que têm deslocamentos superiores a 1000 pessoas, os demais ficam abaixo deste número (IBGE, 2010).

O município do qual menos pessoas saem na Região Metropolitana de Maringá é Flórida, com apenas 91 pessoas no ano de 2010, sendo também o município com o menor contingente populacional. Isso significa que 3,4% da população deste município trabalha em outra localidade, no entanto, se fizermos um comparativo em porcentagem, o município de Maringá é do qual menos pessoas saem, sendo apenas 1,6% da população maringaense que trabalha em outro município.

Nos demais municípios, a situação é a seguinte: os municípios de onde saem mais pessoas são: Sarandi (16,98%), Paiçandu (15,25%), Ourizona (10,84%), Mandaguaçu (9,84%); Floresta (8,98%), Ângulo (8,04%), Presidente Castelo Branco (7,60%), Bom Sucesso (6,35%), Ivatuba (6,00%), Munhoz de Melo (5,94%), Dr. Camargo (5,74%), Florai (5,29%), Itambé (5,24%), Iguaçu (4,97%), Astorga (4,82%), Marialva (4,61%), Atalaia (4,19%), São Jorge do Ivaí (4,14%), Cambira (4,11%), Nova Esperança (3,57%), Mandaguari (3,51%), Flórida (3,41%), Santa Fé (3,11%), Jandaia do Sul (2,92 %), Lobato (2,55%), Maringá (1,26 %).

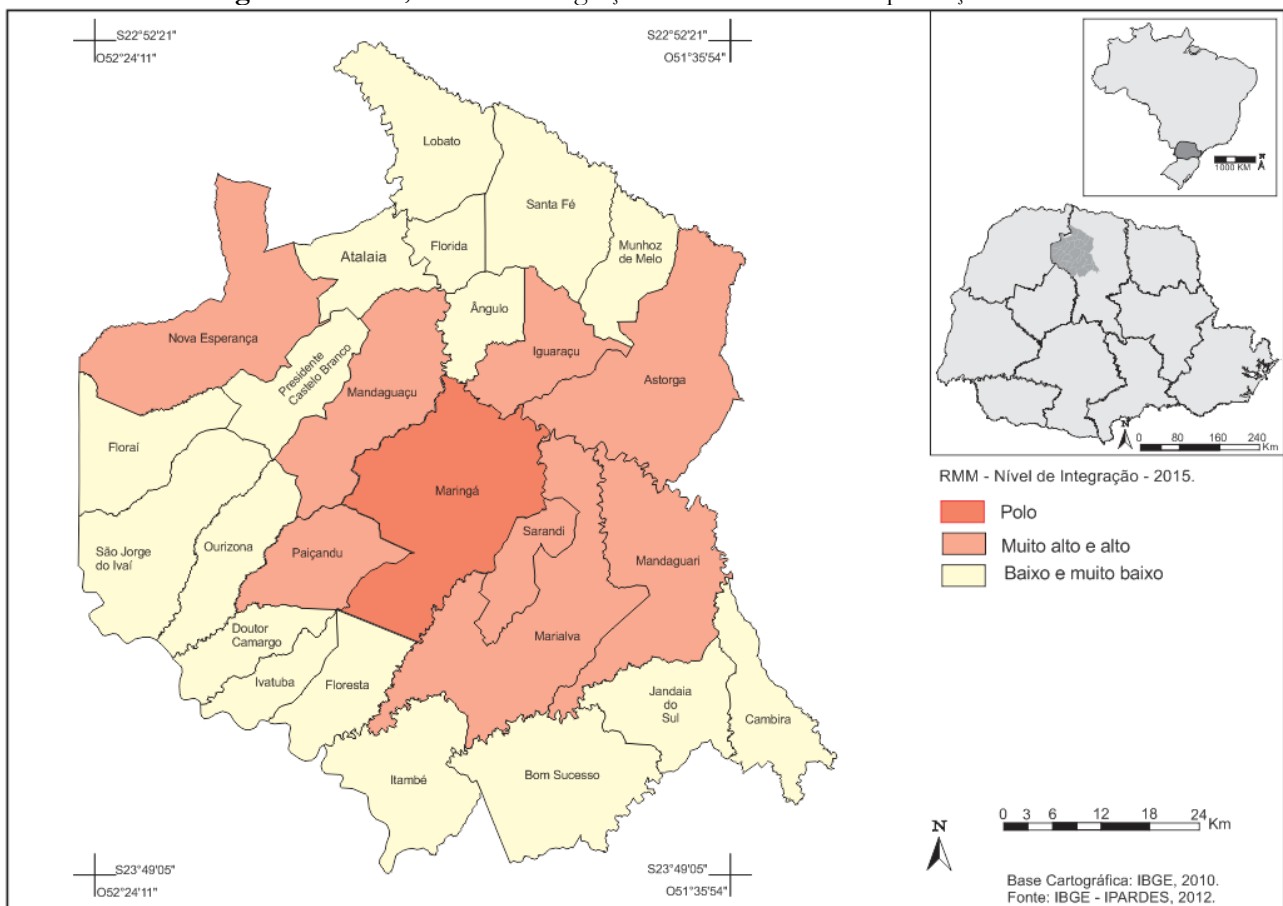
Os números demonstram que Maringá oferece estabilidade para a população, pois apenas 1,6% dos munícipes precisam se deslocar para estudo, trabalho, dentre outros. Os municípios que se apresentam com baixa integração ficam entre 8,04% de deslocamentos, caso de Ângulo, e 4,14%, caso de São Jorge do Ivaí. Certamente, esses dados são proporcionais à população de cada município, contudo, municípios conurbados como Sarandi e Paiçandu apresentaram maior proporção nos deslocamentos – exceto Marialva - e a grande maioria deles é em direção à Maringá. Esses dados confirmam a existência de um núcleo bem definido onde a dinâmica metropolitana está bem estabelecida.

Esta pesquisa ressalta a realidade vivenciada pelas pequenas cidades. Assim, como, as particularidades de cada espaço urbano e de cada município. Suas diferenciações e as especificidades de cada localidade, evitando reduzi-las apenas aos aspectos populacionais, ao observar também as taxas de crescimento geográfico, grau de urbanização, atividades não-agrícolas, densidade demográfica, PIB municipal, renda por pessoa e movimento pendular, conforme listaram o IparDES e o Observatório das Metrôpoles, para comporem o grau de integração com a Região Metropolitana de Maringá.

3. AS PEQUENAS LOCALIDADES

A maioria dos municípios na Região Metropolitana de Maringá, Figura 2, tem sido percebida como espaços insuficientemente integrados à dinâmica da metropolização, embora eles façam parte do recorte institucional metropolitano.

Figura 2 - RMM, Níveis de integração à dinâmica da metropolização – 2010.



Adaptado de: Observatório das Metrôpoles, 2010.

A questão reside entre fazer parte “no papel” e a realidade diferenciada e desigual dos municípios mais integrados com os demais insuficientemente integrados. Certamente, o fator proximidade com a cidade Polo influência nas inserções e interações das pequenas localidades na Região Metropolitana de Maringá, porém não ao ponto de ser o fator predominante, pois há casos em que municípios limítrofes com Maringá não alcançam índices elevados nesse quesito, como é o caso de Ângulo, que em 2010 e 2015 foi considerado com baixa integração com a dinâmica da metropolização.

A Tabela 3, evidencia a dinâmica populacional entre 1991 a 2010. Percebe-se que alguns municípios na RMM continuam a apresentar baixo crescimento populacional são eles Atalaia, Bom Sucesso, Dr. Camargo, Florai, Itambé, Munhoz de Melo, Ourizona e São Jorge do Ivaí entre 1991 a 2000. Esses municípios se caracterizam por apresentar uma população inferior a 10 mil habitantes.

Tabela 3 - RMM - Taxa de crescimento geométrico populacional e participação da população por município, 1991/2000 e 2000/2010.

Nome do Município	Taxa de Crescimento Geométrico Populacional (%)					
	Urbana		Rural		TOTAL	
	1991/2000	2000/2010	1991/2000	2000/2010	1991-2000	2000/2010
Ângulo	3,81	0,47	- 2,53	-1,29	1,87	0,07
Astorga	1,12	0,97	-2,40	-3,83	0,58	0,44
Atalaia	1,79	0,06	-6,79	-1,93	-0,31	-0,26
Bom Sucesso	0,33	1,21	-6,05	-1,61	-1,58	0,61
Cambira	3,83	2,70	-3,25	-3,42	0,59	0,79
Dr. Camargo	0,75	0,88	-3,88	-4,15	-0,32	0,09
Florai	0,70	-0,09	-5,32	-2,88	-0,45	-0,45
Floresta	2,67	2,23	-3,99	-4,57	1,39	1,48
Flórida	3,16	0,63	-6,11	-1,34	1,69	0,44
Iguaraçu	1,39	2,38	-0,16	-5,98	1,03	1,02
Itambé	1,50	0,54	-9,86	-6,19	-0,39	0,04
Ivatuba	0,89	1,76	2,00	-1,93	1,23	0,74
Jandaia do Sul	1,21	0,71	-2,43	-2,88	0,65	0,30
Lobato	1,98	2,00	-3,23	-8,22	0,87	0,80
Mandaguaçu	2,71	2,22	-3,04	-2,10	1,53	1,63
Mandaguari	3,26	0,90	-8,44	-5,74	1,26	0,40
Marialva	3,57	1,55	0,24	-0,66	2,70	1,08
Maringá	2,19	2,13	-3,14	3,23	2,08	2,15
Munhoz de Melo	2,69	1,64	-6,78	-2,22	-0,72	0,77
Nova Esperança	2,20	1,11	-5,03	-5,28	0,69	0,34
Ourizona	0,58	1,13	-5,94	-6,75	-1,11	-0,05
Paiçandu	3,93	1,81	-0,55	-8,09	3,73	1,57
Pres. C. Branco	4,53	2,60	-3,44	-5,72	1,92	1,06
Santa Fé	1,34	2,43	-3,74	-2,87	0,21	1,64
São Jorge do Ivaí	-0,53	-0,54	-6,31	-3,61	-2,58	-1,34
Sarandi-PR	4,68	1,69	0,95	-9,63	4,56	1,49

Fonte: Ipardes, 2013. Organização própria.

Entre 2000 a 2010 os municípios Atalaia, Floraí, Ourizona e São Jorge do Ivaí continuaram com taxas de crescimento negativas nos dados apresentados pelo Iparde (2010). Desses municípios somente São Jorge do Ivaí tem população superior a 5 mil habitantes. Esse fato aponta essas pequenas localidades como áreas de esvaziamento populacional.

No entanto, grande parte dos trabalhadores dos municípios com integração muito baixa são do setor agrícola, de modo que deve-se pensar em políticas públicas específicas para este setor. Esses municípios dependem de uma gestão dos recursos com eficiência, pois muitos contam com repasse dos fundos de participação municipal, como é possível observar na Tabela 4. Nela, observamos que as transferências tanto de Fundo Participação Municipal, que são recursos destinados aos municípios, e transferências as nível federal e Imposto sobre circulação de mercadoria decorrente de transferência, a nível estadual, aumentam para a maioria das categorias, com leve diminuição para os municípios com média integração.

Sobre esses repasses existe uma relação direta entre a população e as receitas tributárias, ou seja, quanto maior a população, maior a receita tributária. Onde há maior população, existem maiores número, diversidade e complexidade de estabelecimentos, e, assim, maior atividade econômica e capacidade de atração de consumidores, gerando, portanto, mais receitas próprias (tributárias) para cada localidade. Verificamos, ainda, que o Polo acumula 78,64% da arrecadação tributária da área metropolitana, decorrente da concentração populacional que gera tributação.

Sobretudo, para as pequenas localidades que enfrentam muitos limites para desenvolvimento econômico, social e cultural, as estratégias para superar as dificuldades devem ser muito bem pensadas, de acordo com a realidade de cada município. A permanência da população nessas pequenas localidades é um desafio.

Tabela 4 - Região Metropolitana de Maringá, Proporção de Fundo de Participação Municipal e ICMS em relação às Receitas totais, período - 2000-2010

Níveis de integração	Transferências correntes		Fundo de Participação Municipal		Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Muito baixo	82,87	93,24	44,66	50,77	18,01	20,07
Baixo	88,46	87,71	46,47	48,32	19,86	17,93
Médio	81,5	77,64	31,4	32,07	21,3	16,9
Médio alto	60,82	72,19	22,56	27,71	7,49	7,93
Polo	47,05	54,98	10,46	7,17	21,55	12,25
Total	64	66,28	23,6	20,37	19,94	13,97

Fonte: FINBRA, 2000, 2010 (Dados trabalhados) e Observatório das Metrôpoles, 2012.

Nas entrevistas realizadas com representantes da gestão e alguns moradores em Floraí e São Jorge do Ivaí. Muitos disseram que ainda não se deram conta se houve uma mudança positiva com a instituição da Região Metropolitana de Maringá. Essa dúvida é genuína: não há alteração na vida cotidiana, isto é, as pessoas continuam desenvolvendo as mesmas atividades e tendo as mesmas necessidades anteriores à criação da instituição. Muitos relataram que houve melhora no transporte público, com o aumento de horários na rota São Jorge do Ivaí-Maringá e Floraí-Maringá. Isso, inclusive, facilitou para muitas pessoas a possibilidade de trabalhar em Maringá.

Outro ponto indicado como melhoria foi a telefonia, pois com a integração não há mais a cobrança na tarifa de interurbanos. Como foi mencionado, esse era um dos projetos iniciais expostos pelo Comem, entretanto, este projeto partiu da Anatel em 2011, quando se aprovou o Regulamento sobre Áreas Locais, o que ampliou os critérios, de modo que passou-se a abranger o conjunto de municípios pertencentes à uma Região Metropolitana ou Região Integrada de Desenvolvimento (Ride) que contivessem continuidade geográfica e pertencessem a um mesmo código nacional de área (DDD). Com a nova configuração das áreas locais, permitiu-se a realização de chamadas telefônicas ao custo de ligação local entre todos os municípios de uma mesma região metropolitana ou de Ride. As revisões de configuração da área local resultantes da criação ou da alteração de regiões metropolitanas ou Rides deveriam ocorrer junto com as revisões quinquenais dos Contratos de Concessão (ANATEL, 2011).

Analisando os Planos Diretores dos municípios da RMM, constam novas atualizações em todas as propostas, entretanto, somente o Plano Diretor Municipal de Maringá faz vinculação com a Região Metropolitana de Maringá, em pontos como o Art. 4.º, que afirma que “será admitida a transferência de potencial construtivo mediante convênios ou consórcios entre Maringá e os demais municípios que compõem a sua região metropolitana, de forma a assegurar a manutenção de condições ambientais adequadas à proteção e preservação dos mananciais da região”.

Os consórcios intermunicipais são um instrumento importante para os gestores, sobretudo para os gestores de pequenas localidades que necessitam de parcerias para colocar diversos empreendimentos em prática. O Consórcio Cindiv tem por finalidade promover o desenvolvimento sustentável da Região do Vale do Ivaí do Estado do Paraná, englobando as dimensões econômicas, social, cultural, ambiental, isto é, trata-se de pensar políticas para o desenvolvimento geral do município, ou dos municípios envolvidos. Os entrevistados nos municípios, contudo, relataram que este consórcio ainda não saiu do papel e que foram realizadas tentativas, como, por exemplo, o aterro sanitário que seria comum aos municípios integrantes do projeto, embora vinculado à elaboração do Plano Diretor de São Jorge do Ivaí,

isso não se efetivou. Os demais consórcios permanecem na mesma situação: existem no papel, mas não houve ações para torná-lo ativos.

Pode-se concluir que não houve mudança nessa dinâmica ou muito pouco se modificou nas pequenas localidades. Contudo, observa-se que os municípios com integração mais alta na Região Metropolitana não têm problemas com o declínio demográfico.

Quanto às políticas públicas propostas e implantadas nos municípios que envolvem essa região, não houve uma proposta única envolvendo todos os municípios. Os que incidiram foram Arcosul, Ciamusep, e os demais consórcios com recorte em menor escala. Em Florai e São Jorge do Ivaí, entre 2013 e 2014, foram entregues casas do Programa Minha Casa Minha Vida. No primeiro momento foram 70 casas e no segundo 30 residências. Percebe-se que os planos nacionais é que têm dado resultados até o momento.

No tocante à questão, estava em elaboração o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, pretendendo a inclusão das pequenas cidades nas propostas de desenvolvimento econômico e social, observamos em ambos os casos que não. Ele está em elaboração pela URBTEC e sem prazo para a finalização.

Entendemos que nas questões mais básicas, como, por exemplo, saúde e educação, não haverá mudanças significativas simplesmente pela instituição da área metropolitana, no entanto, se ela foi imposta, em algum momento deverá ter ações voltadas para a efetiva integração, ou, ao menos um reconhecimento das potencialidades desses municípios em fazer parte dessa unidade territorial.

Essa é uma questão bastante complexa. No caso das pequenas cidades em áreas metropolitanas, as mesmas teriam como tutora a cidade sede ou o estado, pois elas também fazem parte da dinâmica regional, e se a cidade sede não der a devida atenção, o estado também não dará, identificando-as como pertencentes a uma área integrada. Esta e outras questões merecem ser retomadas por outros estudos

Todavia, o prazo estabelecido para ter ações concretas nas regiões metropolitanas foi até estendido para 2021, mas até o momento poucos foram os avanços. A prioridade do Estatuto da Metrôpole é o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado das regiões metropolitanas ou das aglomerações urbanas, no entanto, reforçamos que não é a única prática proposta na Lei.

Sobre a inserção e as interações espaciais das pequenas cidades na Região Metropolitana de Maringá e como isso reflete no desenvolvimento, com base nos dados apresentados e as observações realizadas nos municípios de Florai e São Jorge do Ivaí, constatamos que as pequenas cidades participam com menor intensidade. A inserção econômica fica por conta das atividades rurais que fomentam o Produto Interno Bruto - PIB dentre outras necessidades que as pequenas cidades buscam nas cidades

mais dinâmicas. As interações ficam por conta da mobilidade pendular, ocorrem em virtude do uso dos serviços de saúde, educação, cultura e lazer.

Os ganhos para os municípios que compõem a Região Metropolitana da Maringá ainda não são visíveis e podem não se concretizar devido às divergências e exacerbadas disparidades entre os municípios. Os dois municípios fazem parte daqueles que apresentam os mais graves indicadores sociais da RMM e, para eles, fazer parte dela significou pouco, não trouxe benefícios para todos, somente para os que já estavam em pauta em programas de ordem federal e planos locais, como as habitações do Programa Minha Casa Minha Vida -PMCMV e a unificação da telefonia.

Talvez, para essas pequenas localidades fosse mais viável fortalecer os consórcios municipais ou outras formas de gestão compartilhada (ENDLICH, 2015). Certamente, a tentativa de gerir uma gestão compartilhada é válida, mas cabe reconhecer o que funciona e o que não funciona. Por ora, pode-se dizer que a Região Metropolitana de Maringá é metropolitana apenas para o núcleo. Esta é a parte da RMM para a qual se destinou a maioria dos projetos e ações da gestão compartilhada, ou seja, para muitos municípios, esses continuam compondo uma região metropolitana apenas no papel.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhando com pequenas localidades e reconhecendo as suas demandas e necessidades, verificamos que os principais deslocamentos e que grande parte da população que se desloca tem como destino a cidade polo e os municípios do núcleo metropolitano, e as poucas melhorias sentidas pelos moradores, bem como a falta de confiança que os gestores têm da Região Metropolitana de Maringá.

Assistimos a mesma dinâmica acontecendo, ou seja, os líderes preocupados com a cidade polo em detrimento das pequenas localidades mais distantes. Nesse sentido, essas localidades continuam a apresentar insuficiências de serviços e equipamentos as articulações entre municípios tornando-se inviável para muitos municípios, pois de maneira isolada é mais difícil suprir determinadas necessidades nestes espaços.

Pensar na gestão compartilhada nas pequenas localidades como foco de melhorar a condição humana é também tarefa da Geografia Humana. Com isso, subsidia a reflexão e demonstra a necessidade de políticas territoriais para reverter às condições inadequadas de vida em áreas não metropolitanas. Neste cenário, emerge como relevante o papel da gestão intermunicipal compartilhada para atingir esse objetivo. No entanto, no formato de RM, nosso recorte não apresentou mudanças significativas o que indica a necessidade de outros formatos de cooperações intermunicipais.

5. REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. Brasília: Presidência da República, 1988.
- _____. **Estatuto da cidade Lei nº 10.257**. Presidência da República, 2001.
- _____. **Lei Federal n.º 6.766**. 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano. Brasília, 1979.
- _____. **Estatuto da Metrópole Lei Nº 13.089**. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13089.htm>. Acesso em: out. 2015.
- CASTELLS, Manuel. *O espaço de fluxos. A sociedade em rede*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- ENDLICH, Angela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: Editora UNESP. 2006. 505 p.
- ENDLICH, Angela Maria. Gestão territorial compartilhada em espaços não metropolitanos. **Scripta Nova: revista electrónica de geografia y ciencias sociales**, n. 11, p. 62, 2007.
- ENDLICH, Angela Maria. Dinâmica demográfica e estrutura fundiária do noroeste do Paraná. In: FERREIRA, M. E. M. C. ROCHA, M. M. ENDLICH, A. M. *Apontamentos Geográficos*. Maringá: UEM-PGE, 2011. 144p.
- FIRKOWSK, Olga Lúcia Castreghini de Freitas. **Por que as Regiões Metropolitanas no Brasil são Regiões, mas não são metropolitanas**. <<http://www.ipardes.pr.gov.br>>. Acesso em: 23 Set. 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Arranjos populacionais e concentrações urbanas do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Falta critério na criação de regiões metropolitanas**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 23 de Set. 2014.
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Análise de dados populacionais**. Microdados do IBGE. 2000-2010. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/cadernoipardes/article/download/539/727>>. Acesso em: 02 de Jun. de 2016.
- OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil**. Relatório da atividade 1: identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias. Convênio Ministério das Cidades/Observatório das Metrópoles/Fase/Ipardes. Brasília, 2005a. Disponível em: <www.observatoriodasmetrolopes.ufrrj.br/producao/produto_mc_1.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2016.
- SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teórico e metodológico da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- VERCEZI, Jaqueline Telma. **Gênese e evolução da região metropolitana de Maringá**. 2001. xvii, 190 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2001. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/89815>>. Acesso em: 12 de Mar. de 2016.